

Requisição de certidão

Q1 Requisitante

Nome: _____

Interessado ☐ Advogado ☐ Notário ☐ Solicitador ☐ Outro: _____

[illegible]

Residência:

Código Postal: -

[illegible]

BI ☐ Cartão de Cidadão ☐ Cédula profissional ☐ Outro:

(caso assinale o campo "BI" ou "Outro", indique documento, data de emissão e entidade emitente)

Emitido em: / / Por: Válido até: / /

NIF:

--	--	--	--	--	--	--	--	--

A preencher pelos serviços

Requisição n.º

Data:

--	--

 /

--	--

 /

--	--	--	--

Presencial ☒ ☐

Emolumentos: €

Dinheiro ☐ MB ☐ Cheque ☐

Outro

Rubrica do funcionário:

Q2 Identificação da(s) Fundação(ões) ou da Representação Permanente de Fundação Estrangeira:

N.º da Matricula:

--	--	--	--	--	--	--	--	--

Firma/Denominação:

Q3 Pedido

Teor da(s) matrícula(s) e de todas as inscrições.

Teor de documento arquivado

Q4 Dados para restituição

☐ Para o apresentante por transferência bancária (Se assinalou esta opção preencha apenas o IBAN e o SWIFT/BIC)

Para terceiro por transferência bancária ou por carta-cheque (Devolução por carta cheque apenas para território nacional)

Por transferência bancária para conta domiciliada no estrangeiro ☐

Dados da conta a creditar:

Titular da conta:

Banco:

SWIFT/BIC:

--	--	--	--	--	--	--	--	--

IBAN:

Moeda de pagamento: Euro

Dados bancários adicionais:

NIF/NIPC (TAX ID Number) do titular associado à conta bancária indicada:

Morada completa: _____

Código Postal:

--	--	--	--

 -

--	--	--

 Localidade: _____

E-mail : _____

Assinatura

Instruções de preenchimento:

Preencher o requerimento em letras maiúsculas, sem emendas, rasuras ou entrelinhas e assinalando o retângulo aplicável.

A indicação do IBAN e da morada completa é da exclusiva responsabilidade do requerente, sendo as restituições que venham a ser devidas efetuadas para o IBAN ou morada indicados.

Este requerimento não tem de ser preenchido e apresentado na conservatória do registo comercial se o pedido for efetuado por forma verbal, presencialmente

Nota: Os dados pessoais recolhidos destinam-se à organização e atualização da informação relativa à situação jurídica das fundações e são processados automaticamente, nos termos previstos no Regime Jurídico do Registo de Fundações, no Código do Registo Comercial e na Legislação da Proteção de Dados Pessoais, sendo o seu tratamento da responsabilidade do Presidente do Conselho Diretivo do IRN, I.P.. O acesso às informações é facultado ao próprio, que tem direito à correção dos dados indevidamente registados.

A recolha, tratamento, conservação e publicidade dos dados pessoais obedece ao disposto no artigo 6º, n.º 1, alíneas c) e e) do Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (RGPD).